

A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política

Eixo-temático: Avaliação e Gestão Educacional(E4)

Andreliza Cristina de SOUZA – UFSCar (andrelizacsouza@gmail.com)
Mary Ângela Teixeira BRANDALISE – UEPG (marybrandalise@uol.com.br)

Resumo

O presente trabalho realiza uma análise dos relatórios institucionais referentes à política de cotas adotada em uma instituição de ensino superior. Dessa forma, os seguintes aspectos foram desvelados: a) a participação nos debates para criação da política de cotas teve um índice muito pequeno de participação e enfrentou muita resistência interna na ocasião de sua adoção; b) a política de cotas para estudantes negros encontrou resistência em todos os níveis e instâncias institucionais; c) o acompanhamento do desempenho acadêmico e da movimentação acadêmica é realizado pelas comissões responsáveis; d) as médias obtidas pelos acadêmicos durante o curso de graduação não têm grandes diferenças entre as três cotas existentes na instituição, isso demonstra que o estudante responde às exigências da vida acadêmica de forma positiva; e) os dados mostram que de 2007 a 2009 o número de matriculados vem aumentando, com destaque para a cota de escola pública, já o abandono, a desistência e o trancamento vêm diminuindo consideravelmente em todas as cotas. Este estudo de caso demonstra que ao mesmo tempo em que há a tentativa de reprodução das desigualdades sociais, há a tentativa da superação dessas relações desiguais. As informações desveladas nesta pesquisa possibilitam afirmar que de fato uma política tem 'vida': nasce, cresce, se desenvolve e que tais políticas vem aumentando o acesso ao ensino superior, mesmo que de maneira lenta, afinal, quanto mais são acentuadas e elevadas as desigualdades, mais ocorre o movimento contrário, e a superação ganha espaço possibilitando transformações na realidade social, ainda que pequenas.

Palavras-chave: Política de cotas. Implantação. Implementação. Análise documental.

Introdução

O contexto que envolve uma sociedade interfere política e diretamente para a formulação e implementação de uma política pública. Nos âmbitos, internacional e nacional é possível perceber a existência de movimentos e discussões que giram em torno das ações afirmativas, o que influenciou a implantação da política de cotas em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Neste trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado já concluída, será possível compreender os processos que influenciaram a formulação, implantação e que contemplam a implementação da política de cotas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bem como compreender como aconteceram as ações internas sobre a política. Para tanto, realiza

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

uma análise documental que irá contemplar os documentos institucionais que tratam sobre a política de cotas na referida instituição.

Fundamentos metodológicos

A fundamentação epistemológica no processo de produção de conhecimento precisa estar alicerçada em concepções (filosóficas, políticas e metodológicas) pertencentes a uma teoria científica. Para Larousse (apud OLIVEIRA, 2007) o método em ciência não está restrito *somente* à descrição dos procedimentos e dos percursos que serão traçados pelo pesquisador para a obtenção de resultados. Este entendimento acerca da epistemologia implica que haja mais do que apenas uma apresentação dos métodos que serão utilizados na realização da pesquisa, mas uma descrição dos motivos que definem determinada forma de produzir um conhecimento (CARVALHO *et al.*, 2000).

Ao explicitar e questionar convenções, o pesquisador está estudando o humano tal como ele se faz, nas suas relações sociais e históricas (PÁDUA, 2000). A implicação ética dessa tendência é evidente. As verdades da ciência, sobretudo das ciências humanas, não existem como verdades tomadas em si mesmas ou como universais e absolutas. Carvalho *et. al.* (2000) as colocam como convenções que podem e devem ser discutidas em função do próprio homem, em função de suas relações.

Considerando a temática da política de cotas nas universidades públicas brasileiras, a realização deste trabalho está assentada no campo da teoria crítica do conhecimento, pois configura-se como movimento de superação à reprodução das desigualdades. Kincheloe e McLaren (2006) defendem que a preocupação de uma teoria crítica deve firmar-se, particularmente, com questões ligadas principalmente à justiça e ao poder e às variadas formas que a economia, os assuntos que envolvem classe, raça e gênero, bem como as ideologias, os discursos, a educação e outras instituições sociais e como os processos de dinâmicas culturais interagem na construção de um sistema social. Discutir aqui sobre as políticas de cotas no contexto do ensino superior, sob uma perspectiva crítica da sociedade e, conseqüentemente da educação, contribuirá para produção de novos conhecimentos sobre essa temática.

A opção pela abordagem qualitativa baseia-se no fato de que pesquisas qualitativas são capazes de incorporar questões fundamentais como o significado e a intencionalidade do objeto e dos sujeitos estudados como próprios aos fatos, às relações e às estruturas sociais (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000). Segundo os autores, as estruturas sociais são entendidas no seu surgimento e em sua transformação como

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

construções humanas significativas, portanto, é necessário entender a complexidade e a relação dialética entre os sujeitos e a realidade, a fim de que a pesquisa seja fiel ao espaço onde se dão os acontecimentos.

Nesse horizonte teórico este trabalho se aporta como qualitativo tipo estudo de caso. Esta escolha se deu porque o estudo de caso é a uma das formas mais apropriada para se examinar acontecimentos contemporâneos (YIN, 2005). Para o autor o estudo de caso tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões e o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados.

Merriam (1988, apud ANDRÉ, 2005) explica porque o conhecimento produzido através do estudo de caso é diferente de outros métodos de pesquisa. A autora coloca quatro razões para sua afirmação. Stenhouse (apud ANDRÉ, 2005) define que os estudos de caso podem ser classificados como etnográfico, avaliativo, educacional e ação. Segundo esta concepção, a investigação realizada por esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso avaliativo, uma vez que buscará compreender como uma política vem se implementando cotidianamente, visando produzir resultados que ofereçam a possibilidade de adaptação de tal política.

Este trabalho objetiva realizar uma análise de documentos, para tanto se buscará um rigor metodológico neste processo, com o intuito de manter a fidelidade e ao mesmo tempo uma postura crítica frente aos documentos. Muitos autores atentam para a existência de semelhança entre pesquisa documental e a bibliográfica. Portanto, define-se aqui a análise documental como “[...] busca de informações em documentos que não receberam *nenhum tratamento científico*, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotográficas, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69, grifo no original). A autora observa que neste tipo de pesquisa o pesquisador precisa seguir uma postura ética, priorizando a análise cuidadosa. Cabe salientar a importância de que o pesquisador entenda que as fontes primárias são os dados originais, e que estes devem ter uma relação direta com os fatos a serem analisados (OLIVEIRA, 2007). Ludke e André (1986) consideram documentos: leis, regulamentos, normas, pareceres, memorandos, estatísticas e arquivos escolares, dentre outros. As autoras caracterizam a pesquisa documental como uma rica fonte de coleta de dados, que complementa os demais dados, que são obtidos através de outras fontes e que apontam outros aspectos da realidade pesquisada.

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

Importante lembrar que todos os documentos analisados são escritos com um objetivo específico e para um público específico, que não o mesmo objetivo e público do qual o estudo está sendo realizado (YIN, 2005). Dessa forma o investigador tem a atribuição de analisar as evidências documentais estabelecendo sempre uma relação com as outras formas de coleta de dados, o que propiciará dados analisados com maior criteriosidade. Com base nestas afirmações, neste trabalho foram analisados os processos e relatórios que envolvem a política de cotas da UEPG ao longo dos anos de implementação no contexto do ensino superior. Esses documentos forneceram dados fundamentais para se entender a dinâmica existente no contexto da prática institucional sobre a política de cotas.

Avaliação da política de cotas na UEPG: histórico da implementação

As discussões oficiais iniciaram na UEPG no ano de 2005. O processo foi apresentado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). O documento inicialmente apresentado pela PROGRAD trazia uma proposta de reserva de vagas nos processos seletivos da UEPG e propunha reserva de até 40% das vagas de cada curso de graduação para estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, sendo que até 10% dessas vagas estariam destinadas a candidatos que autodeclarassem negros. Foi determinada pelo Conselho a ampliação da discussão sobre políticas afirmativas e a partir disso constituiu-se um grupo de trabalho com intuito de oferecer maior esclarecimento para a comunidade universitária sobre a política de cotas. Foram propostos três momentos para discussão sobre a política de cotas pelo grupo de trabalho, sendo eles: mesa redonda; discussão nos Setores de Conhecimento; consulta pública via meio eletrônico.

Como conclusões desse processo de discussões e amadurecimento sobre a implantação da política de cotas pela UEPG, o grupo de trabalho destacou: baixo percentual de participação interna a opinar sobre o tema, entre docentes, discentes e de funcionários técnico-administrativos; pouco envolvimento de alguns Setores de Conhecimento e Departamentos; pouco retorno da comunidade externa (entidades representativas de classe, instituições educacionais e organizações não-governamentais).

Como resultado do instrumento de consulta realizado com a comunidade universitária e disponibilizado para a comunidade externa através do sítio virtual da UEPG, obteve-se que os votantes aceitavam a tese de haver cotas para alunos oriundos

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

de escola pública, mas não para alunos negros. O grupo de trabalho responsável pelas discussões realizou uma análise sobre estas e constatou que a comunidade considerava plausível o fato de haver cotas para alunos que estudaram em escola pública, por considerarem justo que candidatos ao vestibular concorressem somente com pessoas que tiveram as mesmas desvantagens no processo de ensino, neste caso o ensino básico público.

A rejeição da comunidade frente às cotas para estudantes negros fez com que o grupo de trabalho apresentasse uma proposta alternativa: *vagas adicionais* para alunos autodeclarados negros. A justificativa para a proposição foi o fato de os candidatos pertencentes a esse grupo representavam menos de 5% dos inscritos no último vestibular de 2005. Alegaram que a criação de 5% a mais de vagas não chegaria a inviabilizar os cursos e não geraria à comunidade branca sentimento de usurpação quando aos ‘seus’ direitos.

Em 17 de abril de 2006 foi aprovada na UEPG a proposta de reserva de vagas e encaminhou o processo ao Conselho Universitário. Finalmente, a resolução universitária nº 9 de 26 de abril de 2006 que “aprova a reserva de vagas nos processos seletivos da Universidade Estadual de Ponta Grossa para candidatos oriundos de instituições públicas e para aqueles que autodeclararem negros” (UEPG, 2005, p. 74) foi sancionada, com as seguintes definições: reserva de 10% das vagas de cada curso de graduação para candidatos oriundos de escola pública; reserva de 5% das vagas de cada curso de graduação para candidatos oriundos de escola pública que se autodeclararem negros. O prazo fixado pela resolução para reserva de vagas foi definido em 8 anos, sendo que a cada ano os limites mínimos de vagas serão aumentados para cada cota, em: 5% a cada ano para estudantes oriundos de escolas públicas; 1% a cada ano para estudantes negros oriundos de escolas públicas. A análise do processo de implantação da política de cotas na UEPG mostrou um longo e árduo trabalho para superação da resistência à implantação da política. Bourdieu (2010a; 2010d) diz que há a reprodução da ordem do sistema social no sistema educacional quando se defende a igualdade dos sujeitos e das oportunidades, mas de uma igualdade neoliberal, com bases no ideal meritocrático, cuja validade é dada pelos conceitos de justiça nela imbricados. Especialmente com relação às cotas raciais, que foi recusada por muitos envolvidos, e que demonstra como as discussões sobre racismo e preconceito, quando existem, são rasas na sociedade em geral.

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

Contudo, neste quadro a dialética da realidade se apresenta em seu um movimento constante. Percebe-se claramente a contradição, através da tentativa de superação da reprodução social quando é observada a luta de muitos sujeitos a favor da implantação da política de cotas e a implantação efetiva desta. Ao passo que uma parte dos envolvidos luta pela manutenção social, outra parte luta pela superação das desigualdades.

O processo de implementação da política de cotas no período 2007-2010

De forma concomitante com a implantação da política de cotas na UEPG, são realizados anualmente relatórios sobre a política de cotas. Estes relatórios estão disponíveis no sítio virtual da UEPG e abrangem o período entre 2007 e 2011. Nos relatórios há aspectos do processo de implementação da política, que sob o olhar do pesquisador adquirem novos sentidos e significados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; OLIVEIRA, 2007). Neste trabalho serão discutidos os dados obtidos nos dois primeiros relatórios publicados (2007; 2008-2009).

Os dados apresentados nos relatórios revelam como a política de cotas vem propiciando a elevação dos índices de ingresso de estudantes de escola pública no ensino superior da UEPG; demonstram como os estudantes cotistas vêm se desempenhando academicamente e permite uma análise que confirma que quando a igualdade de oportunidades efetivamente ocorre, a possibilidade da igualdade de resultados também existir se eleva, o que favorece a redução das desigualdades educacionais e sociais, mesmo que para um público quantitativamente pequeno.

No primeiro relatório analisado estão as conclusões relativas à avaliação do primeiro ano de desenvolvimento da política de cotas, ou seja, 2007. O relatório permite observar que, apesar da política de cotas instituída permitir uma participação maior dos candidatos cotistas essa alternativa foi procurada por um número relativamente pequeno de egressos do ensino público e/ou negros. Segundo o relatório, no primeiro concurso vestibular para ingresso em 2007, houve 7.118 inscritos concorrendo as 690 vagas ofertadas.

Dos 7.118 candidatos, 2.024 eram candidatos oriundos de escolas públicas e apenas 167 candidatos negros oriundos de escolas públicas; apenas 242 candidatos ingressaram pelo sistema de cotas, sendo 47 (6,8%) candidatos negros oriundos das escolas públicas e 195 (28,3%) candidatos oriundos das escolas públicas.

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. **Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

Sobre a pontuação obtida pelos candidatos aprovados em 1ª chamada nas provas do 1º e 2º vestibulares para ingresso em 2007, constatou-se ser pequena a diferença entre as médias dos candidatos das cotas para estudantes negros de escola pública, estudantes de escola pública e cota universal. É possível observar que do 1º e para o 2º vestibular para ingresso em 2007, as médias dos estudantes de escola pública aumentaram, diminuindo a diferença entre as médias das cotas para estudantes de escola pública e cota universal. No primeiro vestibular, em três cursos a média da cota para escola pública é maior que a média da cota universal. Importante destacar duas mudanças e adaptações ocorridas na política de cotas neste período: mudanças quanto aos critérios da Comissão de Constatação de estudantes negros para o concurso vestibular; mudanças quanto à nota de corte no concurso vestibular.

Sobre a Comissão de Constatação, nos anos de 2007 e 2008 a constatação do candidato cotista negro era realizada no dia da matrícula para aqueles candidatos já aprovados no vestibular. Em muitos casos a banca acabava desautorizando a matrícula para aqueles que já haviam conquistado por direito, porém não se enquadravam na condição de negros, por não terem as características fenotípicas da etnia negra. A partir de 2009 o período de constatação da condição do candidato negro ao sistema de cotas vem sendo feito antes da realização do exame vestibular, proporcionando àqueles que não possuíam traços físicos característicos do grupo étnico-racial negro a concorrer à reserva de vagas para estudantes da escola pública. Este pode ser um dos motivos pelo qual a procura pela cota para estudantes negros oriundos de escola pública tenha diminuído nos anos de 2009 e 2010, pois muitos candidatos que não compareceram à entrevista com a banca de constatação e foram automaticamente transferidos para a cota de estudantes oriundos de escola pública.

Com relação à pontuação mínima, cabe ressaltar que em cada concurso vestibular é publicado pela UEPG um edital específico, após a realização do vestibular referente à pontuação mínima de cada curso que deve ser obtida pelos candidatos na para efeitos de classificação. A mudança na nota de corte dos concursos vestibulares influenciou diretamente a concorrência candidato/vaga para os cursos de graduação em todas as cotas, embora não tenha afetado todos igualmente. A média dos candidatos aprovados nos vestibulares teve um acréscimo na cota para estudantes

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

oriundos de escola pública chegando, em alguns casos, a concorrência nessa cota ser maior que na cota universal¹.

Em 2009 foi realizado, o *I Encontro sobre a Avaliação da Política de Cotas implantada na UEPG*, evento de extensão que trouxe significativas contribuições à avaliação e acompanhamento da política de cotas instituída. Este evento teve como objetivos a socialização dos resultados da avaliação e acompanhamento da política de cotas referente ao ano de 2007. O encontro foi dividido em duas etapas: a primeira consistiu em reunião com os Coordenadores de Cursos da UEPG e a segunda etapa desdobrou-se em duas reuniões com acadêmicos cotistas e com as comunidades interna e externa. O encontro alcançou seus propósitos, pois possibilitou aos participantes o conhecimento das ações desenvolvidas relativas, tanto quanto a política de cotas implantada na instituição quanto a sua efetivação prática.

O relatório referente ao ano de 2007 permitiu observar que o desempenho dos acadêmicos que ingressaram pela política de cotas apresentou poucas diferenças com relação ao desempenho dos acadêmicos que ingressaram pela cota universal. Este é um ponto muito relevante, principalmente quando se remete à questão da igualdade.

Considerando que uma das justificativas para a recusa para reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública era que estes estudantes não teriam condições de acompanhar o curso de graduação, no que tange aos conteúdos disciplinares, uma vez que sua bagagem estudantil não era suficiente. Este argumento foi derrubado, pois, conforme os dados apresentados no relatório as diferenças de aprendizagem e domínio de conteúdos fazem diferença somente no momento do concurso vestibular. Já no decorrer do curso os estudantes cotistas se mostram muito capazes, alcançando as médias e obtendo bons resultados. Este resultado é um importante argumento para afirmar que o movimento dialético da superação das desigualdades está tendo resultados positivos.

Continuando a análise dos relatórios uma das metas traçadas o ano de 2009 foi a criação de um sistema informatizado para a avaliação e análise do desempenho e da movimentação acadêmica dos estudantes ingressantes pela política de cotas da UEPG. A criação do sistema online para acompanhamento da vida acadêmica foi de grande valia para a UEPG como um todo, pois se estendeu para todas as formas de ingresso nos

¹ A pontuação mínima, ou nota de corte, é obtida através da média aritmética simples das notas obtidas pelos candidatos aos cursos, em cada cota separadamente.

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. **Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

cursos de graduação, possibilitando o acesso às informações sobre os acadêmicos aos gestores institucionais e agentes administrativos.

Paralelamente à criação do sistema de informações foi organizado em 2010 um processo de avaliação qualitativa, para diagnosticar a opinião dos discentes e docentes sobre a política de cotas da instituição. Elaborou-se um questionário que foi disponibilizado na página virtual da UEPG aos estudantes, em virtude de dificuldades encontradas para reunir os estudantes cotistas presencialmente. Os questionamentos buscaram diagnosticar a percepção dos estudantes cotistas² quanto aos seguintes itens: desempenho acadêmico; adaptação acadêmica; integração; conhecimento de bolsas de iniciação científica e de extensão; participação em programas de incentivo à pesquisa e à extensão.

Conforme as análises realizadas concluiu-se que no tocante às médias obtidas pelos estudantes cotistas durante os cursos de graduação havia uma diferença muito pequena entre cada tipo de cota. As análises permitiram ainda observar que tanto estudantes que ingressaram pela cota para negros, quanto estudantes ingressantes pela cota de escola pública e estudantes ingressantes pela cota universal mantiveram sua média, tendo variações pouco significativas em termos estatísticos. Isso mostrou que os estudantes mantiveram um padrão no tocante ao desempenho acadêmico no seu curso de graduação. Da análise das médias anuais foi possível perceber que estas permaneceram dentro da normalidade.

Embora alguns estudantes relatem que tiveram dificuldades no início do curso de graduação, ao longo do período apresentaram um bom desempenho estudantil e justificam suas dificuldades de aproveitamento devido a fatores como: falta de empenho acadêmico; fraca formação no ensino médio (com ênfase para os conteúdos de matemática, física e química); excesso de atividades; falta de professores; formação didático-pedagógica dos professores. O relatório revelou que parte dos estudantes cotistas consideram as dificuldades encontradas irrelevantes, pois é uma questão de afinação e ajustamento com o ensino superior. Por sua vez, houve estudantes que afirmaram ter embasamento suficiente no ensino médio, “alguns consideram seu desempenho muito bom, inclusive melhor até das pessoas que estudaram em escolas particulares” (UEPG, 2011, p.34). Observou-se inclusive que alguns estudantes não

²Nesta avaliação, embora todos os estudantes pudessem participar, foram analisados os dados exclusivamente dos estudantes negros oriundos de escola pública e estudantes oriundos de escola pública.

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. **Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

tiveram dificuldades para obter boas notas, os estudantes destacaram que a teoria e a prática se complementaram em seu curso, o que facilitou o processo de aprendizagem. Os estudantes cotistas relatam que a necessidade de ingressar no mercado de trabalho paralelamente a realização do curso de graduação resultou em uma grande dificuldade para melhorar seu rendimento. Estes fatos comprovam que a violência simbólica sofrida por estudantes oriundos de classes menos abastadas tem de ser superada cotidianamente, para que o objetivo de conclusão do curso superior seja atingido.

O documento analisado revelou ainda que em todos os Setores de Conhecimento houve um percentual bastante elevado de estudantes que consideraram sua adaptação acadêmica ótima. Estes estudantes relataram que desde o início de sua vida acadêmica tiveram um bom relacionamento com toda a comunidade universitária e não sentiram diferença por serem cotistas. Também houve estudantes que consideraram a sua adaptação boa. Estes estudantes, por sua vez, relataram que no início do curso sentiram dificuldades, devido ao preconceito com estudantes cotistas e às dúvidas por parte dos colegas sobre o seu desempenho futuro, no entanto eles relatam que tais dificuldades foram superadas com o tempo. O relatório mostrou que os estudantes que consideraram sua adaptação regular atribuíram as dificuldades às deficiências trazidas do ensino médio e pelo fato de não residirem em Ponta Grossa antes da aprovação no vestibular, o que implicou na adaptação na nova cidade concomitante à adaptação à vida universitária.

Quanto à integração à vida acadêmica os estudantes apontaram que professores e funcionários ajudaram na integração dos estudantes e que os órgãos internos da instituição são de fácil acesso. O relatório apontou que alguns estudantes cotistas tiveram problemas de integração, devido ao preconceito e não aceitação da política de cotas por colegas não cotistas. Outro fator levantado pelos estudantes cotistas participantes da pesquisa que ressaltou a dificuldade de adaptação à vida acadêmica foi a rivalidade entre docentes no âmbito do curso, o que acabou por prejudicar a integração professor-aluno. Também houve relatos de dificuldades de integração devido às deficiências no ensino dos conteúdos do ensino médio e a falta de informação sobre assuntos acadêmicos importantes.

Com relação ao conhecimento de bolsas de iniciação científica e de extensão, o relatório mostrou que mais da metade dos estudantes não tinham conhecimento sobre as bolsas ou conheciam parcialmente os programas, o que dificultou sua participação.

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

A avaliação realizada questionou os estudantes cotistas se estes tinham outras informações ou sugestões a respeito da política de cotas. Após a análise dos depoimentos, estes foram alocados nas seguintes categorias: *sugestões gerais, posicionamento sobre a política de cotas, fragilidades apontadas, e satisfação*. As sugestões gerais apontadas pelos estudantes participantes da pesquisa giraram em torno de: maior divulgação de programas ofertados pela instituição; maior número de projetos com bolsas; maior realização de eventos acadêmicos; melhora no acervo da biblioteca; cursos extracurriculares e/ou aulas de reforço para estudantes ingressantes; melhor divulgação da política de cotas.

O relatório revelou dados quanto ao posicionamento dos estudantes com relação às cotas. Os estudantes se dividiram em dois grupos: um grupo a favor das cotas para estudantes negros oriundos de escola pública e para estudantes oriundos de escola pública; outro grupo favorável somente às cotas para estudantes oriundos de escola pública. Os estudantes deste último grupo justificaram sua posição afirmando que esta política gera mais discriminação e reafirma o preconceito. Muitos defenderam o aumento de vagas para escola pública, devido ao grande número de estudantes egressos da rede pública de ensino. Os estudantes defenderam ainda a necessidade de existir momentos para discussão sobre a política de cotas na comunidade acadêmica. Os participantes da pesquisa ainda relataram que, embora a política de cotas possa parecer injusta, ela é necessária para que haja uma redução das desigualdades sociais e raciais.

O relatório mostrou que as fragilidades apontadas pelos estudantes, quanto à estrutura física e pedagógica, foram significativas e contemplaram questões como: contratação docente, valor de bolsas, adaptação curricular, investimentos em estrutura física, segurança e moradia estudantil. Foi possível observar que há satisfação dos estudantes cotistas, expressa por elogios aos programas de iniciação científica e de extensão; pelo respeito e seriedade da instituição; e pelo orgulho em fazer parte da instituição. Com base nos dados apresentados foi possível perceber que o número de matriculados aumentou durante o período analisado, ao passo que o abandono, a desistência e o trancamento vêm diminuindo.

No tocante a avaliação docente sobre a política de cotas, o relatório destacou que, apesar do número de docentes participantes da pesquisa ter sido extremamente baixo, os depoimentos expressaram a realidade vivida nas atividades de docência, pesquisa e extensão. A percepção dos docentes participantes da pesquisa foi de que a

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. *Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

maioria dos estudantes cotistas apresentou bom desempenho, em alguns casos com esforço para superar as dificuldades, quando houve. Com relação à integração acadêmica, destacaram que os estudantes tiveram facilidade para se inserir no meio universitário e possuem um bom relacionamento com os colegas de curso. Vale ressaltar que os docentes expressaram que é difícil identificar os estudantes cotistas em sala de aula. Os docentes ainda relataram a participação de estudantes cotistas em projetos de pesquisa e/ou extensão, vinculados à bolsas auxílio e também voluntários e que, com relação à iniciação científica, o desempenho destes estudantes foi muito bom, além de mostrarem muito comprometimento com as atividades propostas.

Considerações Finais

Este trabalho mostrou a importância da política de cotas para o ingresso do estudante oriundo de classes mais baixas e/ou negros no ensino superior, uma vez que o grande obstáculo encontrado por estes estudantes é ingresso, já que seu desempenho acadêmico se iguala aos demais estudantes. A política de cotas representa uma porta de entrada para estes estudantes, uma possibilidade para galgar novas possibilidades de crescimento e superar a concepção há muito arraigada de que as capacidades individuais e a livre concorrência são pontos que devem ser mantidos para todos os indivíduos nos processos seletivos, independentemente de classe e etnia.

Neste estudo foi possível perceber que muitos estudantes, mesmo pertencentes às classes excluídas historicamente concordam com o ideal capitalista de igualdade e de justiça. Conforme o relatório analisado é possível concluir que alguns dos estudantes cotistas, mesmo tendo utilizado a política de cotas para o ingresso no ensino superior são contra as cotas. Sendo assim, afirma-se que estes estudantes, influenciados pela violência simbólica sofrida historicamente, confirmam que a tentativa de reprodução vem acontecendo.

Esta tentativa de reprodução também percebida no processo de implementação da política de cotas na UEPG demonstrou como a ideologia das classes dominantes está arraigada na sociedade. Contudo, mesmo a educação sendo um instrumento que reproduz as desigualdades, é somente por este viés que os discursos podem ser modificados, os ideais podem ser revistos e a sociedade pode articular um movimento de superação das desigualdades. Os resultados apresentados pelo relatório são de fundamental importância para a comunidade acadêmica e podem auxiliar no processo

SOUZA, A. C., BRANDALISE, M. A. T. A política de cotas na UEPG: análise dos caminhos da política. **Anais do II Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

de implementação da política de cotas da UEPG. É através de instrumentos como este que se faz possível a melhoria das condições de vida, efetivamente na dinâmica do real.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BORBA, A. M. **Identidade em construção**: investigando professores na prática da avaliação escolar. São Paulo, Santa Catarina: EDUC, Univali, 2001.

CARVALHO, A. M. et al. **Aprendendo metodologia científica**: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

KINCHELOE, J. L.; MCLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, M. M. D. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2000.

SOUSA JUNIOR, L. Política de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. In: SOUSA JUNIOR, L.; FRANÇA, M.; FARIAS, M. S. B. **Políticas de gestão e práticas educativas**: a qualidade do ensino. Brasília: Líber Livro, 2011. p. 37-53.

UEPG. Relatório da comissão de acompanhamento e avaliação da implementação da política de cotas da UEPG processo nº 16658/2008 aprovado pela resolução UNIV 04/2009.

UEPG. Relatório de atividades realizadas pela comissão de acompanhamento e avaliação da implementação da política de cotas da UEPG referente ao período de 2008 a 2010 processo nº 18530/2010 aprovado pela resolução 07, nº25/2011.

UEPG. Resolução Univ. nº 9 de 26 de abril de 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.